

Trajetórias Educacionais na Educação Básica: percursos seletivos que 'promovem' desigualdades

Maria Teresa Gonzaga Alves¹

Sinto-me profundamente honrada e extremamente emocionada com o convite da Associação Brasileira de Antropologia (ABA) para fazer parte do evento e, conseqüentemente, desta coletânea. O convite partiu de Andréa Zhouri, colega da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) com quem compartilho uma história de décadas, quando iniciamos o curso de Ciências Sociais na Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG). Foi um período marcado pelo fim da ditadura, no qual acompanhamos o processo de redemocratização do país e participamos das manifestações de rua, na época ainda inexperientes. Juntas, construímos nossas trajetórias.

Meu texto irá refletir, por um lado, minha condição como professora da Faculdade de Educação da UFMG e, por outro lado, minha posição atual como Diretora de Estudos Educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais (Inep). A agenda de pesquisa à qual me dedico na UFMG está intrinsecamente ligada às informações e dados produzidos pelo Inep e a minha posição no Inep é resultado da minha área de pesquisa na UFMG.

1 Professora associada do Departamento de Ciências Aplicadas à Educação da Universidade Federal de Minas Gerais (UFMG) e Diretora de Estudos Educacionais do Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira (Inep), a partir de março de 2013.

O título deste capítulo é homônimo ao da minha apresentação — *Trajetórias educacionais na educação básica: percursos seletivos que ‘promovem’ desigualdades* — e se inspira nas palavras-chave da mesa do evento: *120 Dias — Educação, Ações Afirmativas e Promoção da Igualdade*. O tema das ações afirmativas não está diretamente inserido em minha agenda de pesquisa, não aparece em minhas publicações, que têm como foco principal a educação básica. Entretanto, espero que a minha reflexão nos permita abrir um debate construtivo, uma vez que abordarei questões que justificam a luta por ações afirmativas. Em outras palavras, vou discutir a educação básica e as desigualdades, com o objetivo de fomentar uma reflexão coletiva sobre a importância das ações afirmativas.

Meu ponto de partida é a Constituição Federal (CF) de 1988, frequentemente chamada de “constituição cidadã”, porque resultou de intensas lutas sociais.² O artigo 205 da CF estabelece que a educação básica é um direito de todos e um dever do Estado, em conjunto com outras instituições da sociedade, visando ao “pleno desenvolvimento da pessoa, seu preparo para o exercício da cidadania e sua qualificação para o trabalho”. Inicialmente, esse direito era garantido, conforme o artigo 208 da CF, para a população entre 7 e 14 anos. Com o passar dos anos, esse direito foi sendo ampliado, de forma que, atualmente, é dever do Estado oferecer uma educação básica gratuita para todas as crianças e jovens entre 4 e 17 anos, abrangendo desde a pré-escola até o final do ensino médio.

Muitas pessoas talvez não tenham noção do tamanho da educação básica brasileira. Hoje, a educação básica abrange 48 milhões de matrículas, sendo que 81% delas correspondem ao ensino fundamental. Esse número tem diminuído devido à transição demográfica, com o nascimento de menos crianças no Brasil. Mesmo assim, o total de matrículas na educação básica equivale a aproximadamente um quarto da população brasileira. Se

2 BRASIL. (1988). *Constituição da República Federativa do Brasil de 1988*. Brasília, DF: Presidente da República, 2016. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 22/09/2023.

considerássemos essa população como um país, ela estaria classificada em trigésimo lugar no mundo, entre 199 países; é cinco vezes maior do que toda a população de Portugal, é maior do que a população da Argentina e do Canadá, apenas para citar alguns exemplos.

Com números tão altos, para a sociedade saber se o seu direito está sendo efetivamente cumprido, é essencial realizar um monitoramento constante da educação. Essa tarefa é desempenhada por órgãos estatais, notadamente o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística (IBGE) e o Inep. Esses órgãos produzem diversos indicadores educacionais, utilizados para monitorar a qualidade da educação brasileira, com periodicidade regular.

O último Plano Nacional de Educação (PNE), para o decênio 2014 a 2024, definiu metas ambiciosas para a educação brasileira.³ A maioria das metas do PNE é monitorada com indicadores produzidos com dados do IBGE e Inep.⁴ Aqui destacarei três conjuntos de indicadores: acesso, permanência e aprendizado.

O acesso à educação é monitorado por meio de dados provenientes das pesquisas demográficas. O recenseador do IBGE vai aos domicílios da amostra e verifica se, havendo crianças e jovens, eles estão matriculados em uma escola. Dessa forma, é possível calcular a taxa de escolarização da população, levando em consideração suas diferentes faixas etárias. Especificamente no caso daqueles que estão na idade obrigatória para a educação básica, essa taxa é um indicador crucial do acesso à educação.

3 BRASIL. Lei nº 13.005, de 25 de junho de 2014. Aprova o Plano Nacional de Educação (PNE) e dá outras providências. Brasília: Diário Oficial [da] República Federativa do Brasil, Brasília, 26 jun. 2014b. Seção 1, p. 1, Ed. Extra. Disponível em: <https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2011-2014/2014/lei/l13005.htm>. Acesso em: 22/09/2023.

4 INEP/MEC — Instituto Nacional de Estudos e Pesquisas Educacionais Anísio Teixeira/Ministério da Educação. Relatório do 4º Ciclo de Monitoramento das Metas do Plano Nacional de Educação 2022. Brasília, DF, 2022. Disponível em: <http://download.inep.gov.br/publicacoes/institucionais/plano_nacional_de_educacao/relatorio_do_quarto_ciclo_de_monitoramento_das_metas_do_plano_nacional_de_educacao.pdf>. Acesso em: 22/09/2023.

Essas mesmas taxas são calculadas para a população adulta, que está ou não no ensino superior. Não vou entrar nesses detalhes porque o meu foco aqui é o direito à educação básica.

Entre gerações mais jovens, podemos dizer que o acesso está praticamente garantido. A taxa de escolarização para a população entre 6 e 14 anos, que abrange o ensino fundamental, se aproxima dos 100%. Na faixa etária correspondente à pré-escola, ou seja, entre 4 e 5 anos, houve um avanço significativo na matrícula das crianças desde que essa etapa se tornou obrigatória, em 2016. Entretanto, a pandemia de Covid-19 causou atrasos na universalização dessa etapa, impactando severamente a educação infantil. Em todo o mundo, essa etapa escolar foi a mais prejudicada pela pandemia.

No ensino médio — a porta de entrada para a universidade —, a taxa de matrícula da população de 15 a 17 anos que está frequentando essa etapa tem uma meta estabelecida de 85%, pelo PNE. Já antes da pandemia, era evidente que essa meta não seria alcançada até 2024. Com o advento da pandemia, a situação piorou; a taxa caiu para 74,5%, indicando que uma parcela considerável dos jovens nessa faixa etária não está cursando o ensino médio. Isso não significa necessariamente que eles estejam fora da escola; eles podem estar atrasados, ainda cursando o ensino fundamental ou se transferido para a modalidade da educação de jovens e adultos (EJA). Especialmente entre os jovens, esses dados mostram que muitos deles não têm acesso a uma educação básica que lhes garanta prosseguir nos estudos de nível superior, se assim desejarem, e uma parcela nem mesmo frequenta mais a escola.

Por essa razão, além do acesso, é crucial considerar a permanência na escola ao longo de toda a educação básica. Isso é fundamental para garantir o direito à educação, conforme preconiza o artigo 205 da Constituição Federal. Vamos, portanto, explorar o aspecto da permanência na educação, um tema que é igualmente crítico para a compreensão da qualidade do sistema educacional. Para analisar esse tema, me baseio em uma linha de pesquisa que venho desenvolvendo nos últimos anos, em colaboração com

outros colegas, sobre trajetórias educacionais com dados longitudinais do Censo Escolar.

Quando abordamos as políticas de ações afirmativas, é fundamental lembrar que, mesmo após ultrapassar as barreiras iniciais, como a idade teoricamente esperada para o ingresso em cada nível educacional, muitos estudantes enfrentam desafios para permanecerem na escola. E aqui começa um filtro adicional, que afeta consideravelmente o número de estudantes que completam seus estudos na educação básica.

Um dos indicadores para avaliar a permanência é a taxa de aprovação calculada com dados do Censo Escolar, que reflete a porcentagem de alunos que, no final de um ano letivo, estão aptos a continuar os estudos no ano seguinte. Essa taxa é utilizada no cálculo do Índice de Desenvolvimento da Educação Básica (Ideb), o indicador oficial para monitorar a qualidade da educação no país. O Ideb foi criado em 2007, no Plano de Desenvolvimento da Educação,⁵ e posteriormente incluído na meta 7 do PNE.

Desde a sua criação, houve um avanço considerável nas taxas de aprovação nas escolas brasileiras, o que sugere que o Ideb funcionou como incentivo para a escola reduzir essa pedagogia tão nociva para os estudantes e o sistema escolar. No entanto, as taxas de aprovação são calculadas anualmente. Durante os doze anos do ensino fundamental e médio, vários estudantes experimentam mais de uma reprovação, abandonam a escola, mudam de modalidade ou evadem do sistema de ensino. Isso não é captado pelo Ideb, porque esse índice é calculado a cada ano, sem considerar o que ocorreu em todos os anos. Dessa forma, nos colocamos a seguinte

5 BRASIL. Decreto no. 6.094, de 24 de abril de 2007. [Dispõe sobre a implementação do Plano de Metas Compromisso Todos pela Educação, pela União Federal, em regime de colaboração com Municípios, Distrito Federal e Estados, e a participação das famílias e da comunidade, mediante programas e ações de assistência técnica e financeira, visando a mobilização social pela melhoria da qualidade da educação básica] Presidência da República/Ministério da Educação. Brasília, DF, 2007. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2007/Decreto/D6094.htm>. Acesso em 22 set 2023.

indagação: as crianças que tiveram acesso à escola permaneceram até a conclusão da educação básica na idade esperada?

Buscar a resposta para essa pergunta se tornou possível porque o Inep começou a coletar dados individuais e longitudinais dos estudantes no Censo Escolar, a partir de 2007. Isso significa que, a cada ano, os estudantes são identificados com um número de identificação, permitindo que suas trajetórias escolares sejam rastreadas mesmo se mudassem de escola. Em 2015, o Inep preparou a primeira base de dados longitudinal, acompanhando os estudantes que ingressaram na escola em 2007 e monitorando seu progresso ano após ano.

A análise longitudinal nos permite ir além das médias anuais das taxas de aprovação e investigar com mais profundidade as trajetórias individuais, revelando se os estudantes estão realmente permanecendo na escola e completando sua educação básica. Isso é fundamental para entender a eficácia das políticas educacionais e as barreiras que eles/elas enfrentam em sua trajetória educacional.

O estudo que realizamos na UFMG analisou uma amostra com mais de 3 milhões de crianças com 6 anos. Analisamos o percurso educacional delas, o que resultou na produção de artigos acadêmicos que foram os primeiros no Brasil a analisar as trajetórias educacionais de todos os estudantes a partir do início de sua escolarização.⁶

Em nossa análise, identificamos quatro padrões de trajetórias educacionais. O primeiro é a trajetória regular, em que a criança ingressa na escola aos seis anos e progride de maneira consistente pelo ensino fundamental e médio, cumprindo os anos com a idade esperada e concluindo a

6 Ver: SOARES, J. F.; ALVES, M. T. G. FONSECA, J. A. Trajetórias Educacionais como Evidência da Qualidade da Educação Básica Brasileira. *Revista Brasileira de Estudos de População*, v. 38, p. 1-21, set. 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.20947/S0102-3098a0167>>. Acesso em: 23/09/2023. Ver também: FONSECA, I. C. et. al. Monitoramento da Permanência na Educação Básica com o Indicador de Regularidade de Trajetórias Educacionais (preprint), 2022. Disponível em: Osf.io: <<https://doi.org/10.31219/osf.io/k2mb9>>. Acesso em: 22/09/2023.

educação básica no prazo adequado. Em seguida, há a trajetória com pouca irregularidade, que envolve crianças que começam a escola com uma idade superior a seis anos ou podem também ter passado por uma reprovação, mas ainda assim concluem a educação básica com apenas um ano de atraso. O terceiro padrão revela uma trajetória com muita irregularidade, na qual as crianças enfrentam atrasos de até dois anos em sua trajetória educacional. Por fim, temos a trajetória interrompida ou de evasão.

Os resultados mostram que apenas 52% das trajetórias são consideradas regulares durante o ensino fundamental e 41%, no ensino médio. A trajetória interrompida, por sua vez, representa cerca de 5% no ensino fundamental e de 15% a 19% no ensino médio, enquanto a trajetória com pouca irregularidade abrange cerca de 30% das crianças analisadas. Esses números chamam a atenção para os desafios enfrentados pelos estudantes e pelo sistema educacional brasileiro em sua busca por uma educação de qualidade e equidade.

Diante desses resultados, pode surgir a seguinte dúvida: como é possível que, quando observamos dados transversais, tenha taxas de aprovação tão altas, em média superiores a 90% no ensino fundamental? Isso acontece porque, cumulativamente, reprovações e abandonos ocorrem dentro de cada ano escolar, revelando que a escola atua como um filtro social.

A escola tem funcionado como um filtro social que seleciona principalmente os estudantes do sexo masculino, de cor/raça preta, parda e indígena, de nível socioeconômico mais baixo, pessoas com deficiência e que passaram a maior parte da trajetória em escolas públicas municipais ou estaduais, nas regiões norte e nordeste e em área rural.

Os meninos frequentemente apresentam trajetórias muito mais irregulares do que as meninas, ao longo da educação básica. Isso é um achado curioso, considerando que, na natureza, nascem ligeiramente mais meninos do que meninas. Quando examinamos os dados do Censo Escolar, notamos que mais meninos começam a escola aos 6 anos em comparação às meninas.

No entanto, rapidamente, as meninas assumem a dianteira na progressão educacional. Isso não se deve a uma diminuição na população masculina em idade tão precoce, mas sim porque os meninos tendem a ficar para trás em seus estudos à medida que avançam, criando um desequilíbrio crescente entre os gêneros. Vale ressaltar que, na medida em que avançam, como os meninos são mais “selecionados”, eles conseguem se destacar em áreas específicas, como matemática. No início da educação, não há diferenças significativas no aprendizado de meninos e meninas.

As desigualdades segundo raça/cor são observadas desde o ensino fundamental e se acirram no ensino médio. O sistema de ensino não reduz o racismo observado na sociedade, o que é muito grave. A evidência aponta que os estudantes com deficiência tendem a ter trajetórias educacionais mais irregulares e complexas, o que sugere que a inclusão nas escolas nem sempre está ocorrendo de forma adequada. As razões para essa seleção são variadas e complexas, e os estudos qualitativos são fundamentais para aprofundar nossa compreensão desses fatores.

Portanto, a primeira conclusão a ser fixada é que, quando abordamos as políticas de ações afirmativas, é fundamental lembrar que, mesmo após ultrapassar as barreiras iniciais, como a idade teoricamente esperada para cada nível educacional, muitos jovens ainda enfrentam desafios para permanecerem na escola. Na prática, é uma barreira muito difícil de ser superada sem ação de políticas para romper o acúmulo de desvantagens.

Por fim, gostaria de tocar brevemente na questão do aprendizado, que é monitorada pelo Inep, por meio dos dados do Sistema de Avaliação da Educação Básica (Saeb). É importante ressaltar que essa avaliação, embora forneça evidências do aprendizado dos estudantes, não é um indicador abrangente. Avaliar o aprendizado é um desafio complexo e multifacetado, que vai muito além do que pode ser medido por um sistema de monitoramento. O Saeb – como parte de um sistema de monitoramento da qualidade do aprendizado – funciona como um termômetro, indicando a presença de problemas, mas não é capaz de abordar em profundidade as questões educacionais no nível das escolas e salas de aula. Isso é algo que

cabe às próprias escolas, aos educadores, que devem avaliar e melhorar, trabalhando juntos para criar um ambiente de aprendizado mais eficaz e inclusivo.

Apresento alguns resultados com base em pesquisas que utilizaram dados do Saeb para analisar a desigualdade na educação. Darei uma visão geral sem entrar em detalhes técnicos, que podem ser consultados no artigo de Alves (2020).⁷ Eu analisei os resultados do Saeb entre 2007 e 2017, dos estudantes no final da primeira etapa do ensino fundamental (6º ano). Em média, os estudantes de nível socioeconômico mais baixo, sejam eles meninos brancos, meninas brancas, meninos pretos ou meninas pretas, ainda que tenham tido melhorias em seu desempenho nesse período de 10 anos, permaneceram com níveis de aprendizado muito baixos. Ou seja, os estudantes de nível socioeconômico mais baixo, independente do gênero, cor/raça, têm desempenho escolar sempre pior do que os de nível socioeconômico alto.

O contrário foi observado entre as meninas brancas e meninos brancos que pertencem a famílias mais ricas. Eles não só apresentam médias mais altas quanto avançam muito mais e se distanciam dos grupos desfavorecidos. Entretanto, o curioso é que os meninos pretos e as meninas pretas permanecem em um patamar mais baixo, independentemente de seu nível socioeconômico. Isso enfatiza que renda e raça/cor são fatores diferentes, mas interconectados na equação da desigualdade educacional.

Em um trabalho anterior, exploramos a influência das escolas nessa equação. Essa análise foi possível a partir de dados coletados pelo Saeb com diretores e professores das escolas. Quando avaliamos escolas que têm diretores mais comprometidos com o processo educacional, notamos que os alunos brancos e negros apresentam uma ligeira diferença nas médias de

7 ALVES, M. T. G. Caracterização das Desigualdades Educacionais com Dados Públicos: desafios para conceituação e operacionalização empírica. *Lua Nova: Revista de Cultura e Política*, n. 110, p. 189–214, maio 2020. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/0102-189214/110>>. Acesso em: 23/09/2023.

desempenho, com os alunos brancos geralmente tendo médias mais altas. Isso é intrigante, já que a melhoria nas condições escolares deveria beneficiar igualmente a todos. No caso das escolas mais bem equipadas com recursos educacionais, novamente observamos a mesma tendência. Escolas com melhores equipamentos parecem favorecer mais os alunos brancos em comparação aos alunos negros. Esses resultados foram obtidos em um trabalho que já tem 20 anos,⁸ mas não encontramos evidências que o tenha contrariado de forma significativa.

Ao contrário, um artigo de colegas da área de estudos educacionais⁹ compara o desempenho dos alunos das escolas públicas brasileiras com uma distribuição ideal de desempenho. Eles mensuram a distância entre o desempenho real e o esperado em “anos de aprendizado”. As meninas pretas de nível socioeconômico baixo levariam 78 anos para alcançar o desempenho ideal em leitura e 57 anos em matemática, em relação ao desempenho esperado, se nada mudar. Isso é uma simulação, mas uma evidência importante de que melhorar as escolas por si só não é suficiente para eliminar a desigualdade educacional.

Frente a esses resultados, deixo aqui a segunda reflexão: como romper esse ciclo de reprodução por meio da escola?

Encerro minha participação com uma citação do sociólogo Pierre Bourdieu:

[...] o que deve ser feito quando se enuncia uma lei social anteriormente ignorada [?] [...] ela pode se tornar um objeto de luta:

8 SOARES, J. F.; ALVES, M. T. G. Desigualdades Raciais no Sistema Brasileiro de Educação Básica. *Educação e Pesquisa*, v. 29, n. 1, p. 147–165, jan. 2003. Disponível em: <<https://doi.org/10.1590/S1517-97022003000100011>>. Acesso em: 22/09/2023.

9 SOARES, J. F.; DELGADO, V. M. S. Medida das Desigualdades de Aprendizado entre Estudantes de Ensino Fundamental. *Estudos Em Avaliação Educacional*, v. 27, n. 66, p. 754–780, 2021. Disponível em: <<https://doi.org/10.18222/eaev.27i66.4101>>. Acesso em: 24/09/2023.

luta para conservar, conservando as condições de funcionamento da lei; luta para transformar, modificando estas condições.¹⁰

Dois espaços de luta cruciais estão diante de nós: 1º) o Fórum Nacional da Educação, reconstituído em abril de 2023, e 2º) o Plano Nacional da Educação de 2024 a 2034. O último não mencionava ações afirmativas, mas o novo projeto de lei a ser enviado para o Congresso pode representar uma oportunidade para combater a desigualdade na educação.

Os dados devem ser utilizados como uma ferramenta na luta por uma educação mais justa e equitativa.

10 BOURDIEU, P. Questões de Sociologia. Rio de Janeiro: Marco Zero, 1982.p. 35.